Cenas Educacionais

REVISÃO DE LITERATURA

e-ISSN: 2595-4881

EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO NOTURNO: PROBLEMATIZAÇÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DE REVISÃO

PHYSICAL EDUCATION IN EVENING HIGH SCHOOL: PROBLEMS FROM A REVIEW STUDY

EDUCACIÓN FÍSICA EN LA ESCUELA SECUNDARIA NOCTURNA: PROBLEMAS DE UN ESTUDIO DE REVISIÓN

Francisco Jardel Paim de Freitas [1]
Denise Grosso da Fonseca [2]
Roseli Belmonte Machado [3]
Bianca Rocha Gutterres [4]

Manuscrito submetido em: 12 de agosto de 2023.
Revisado em: 16 de outubro de 2025.
Publicado em: 02 de janeiro de 2026.

Resumo
Este artigo traz uma revisão da literatura que tem se debruçado a problematizar questões que envolvem a Educação Física no Ensino Médio noturno. Com o objetivo de entender como o componente tem sido situado no turno da noite, privilegiamos trabalhos publicados em periódicos com estratos Qualis A e B, entre o período de 2004 a 2022. As análises foram construídas a partir dos conceitos-ferramentas Identidade e Docência, do campo dos Estudos Culturais em Educação. Entendemos que a Educação Física no Ensino Médio noturno vem sendo desvalorizada e fragilizada enquanto componente curricular. Assim, a estratégia que emerge para fortalecer o componente nesse âmbito é o Planejamento Participativo.

Palavras-chave: Educação Física Escolar; Ensino Médio; Estudos Culturais; Revisão de Literatura.

[1] Doutorando e Mestre em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor na Rede Municipal de Porto Alegre e na Rede Estadual do Rio Grande do Sul. Integrante do Grupo de Estudos Qualitativos Formação de Professores e Prática Pedagógica na Educação Física e Ciências do Esporte, do Grupo de Estudos em Docência e Avaliação em Educação Física e do Grupo de Estudos em Currículo e Contemporaneidade.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0942-645X Contato: jardelfreitaz@gmail.com
[2] Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com Pós-Doutorado em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Integrante do Grupo de Estudos Qualitativos Formação de Professores e Prática Pedagógica na Educação Física e Ciências do Esporte e Líder do Grupo de Estudos em Docência e Avaliação em Educação Física.
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6206-4729 Contato: dgf.ez@terra.com.br
[3] Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vice-Líder do Grupo de Estudos em Docência e Avaliação em Educação Física e Líder do Grupo de Estudos em Currículo e Contemporaneidade.
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5653-1175 Contato: robelmont@yahoo.com.br
[4] Doutoranda em Educação pela Universidade La Salle. Mestra em Educação pela Universidade Luterana do Brasil. Docente na Universidade Luterana do Brasil. Integrante do Grupo de Estudos em Cultura Contemporânea, Sociabilidades e Práticas Educativas.
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1706-701X Contato: 2biancag@gmail.com

e-ISSN: 2595-4881

Abstract
This article brings a review of the literature that deals with Physical Education in high school at night. With the aim of understanding how the component has been situated in the night shift, we privileged works published in journals with Qualis A and B strata, between the period 2004 to 2022. The analysis was built from the tool-concepts Identity and Teaching, the field of Cultural Studies. We understand that Physical Education in high school at night has been devalued and weakened as a curricular component. Thus, the strategy that emerges to strengthen the component in this context is Participatory Planning.

Keywords: School Physical Education; High School; Cultural Studies; Literature Review.

Resumen
Este artículo trae una revisión de la literatura que trata sobre la Educación Física en la escuela secundaria nocturna. Con el objetivo de comprender cómo se ha situado el componente en el turno de noche, privilegiamos trabajos publicados en revistas con estratos Qualis A y B, entre el período 2004 a 2022. Los análisis fueron construidos a partir de los conceptos-herramienta Identidad y Enseñanza, el campo de los Estudios Culturales. Entendemos que la Educación Física en la escuela secudaria nocturna ha sido devaluada y debilitada como componente curricular. Así, la estrategia que surge para fortalecer el componente en este contexto es la Planificación Participativa.

Palabras clave: Educación Física Escolar; Escuela Secundaria; Estudios Culturales; Revisión de literatura.

Introdução

A escola no período noturno diferencia-se em muitos aspectos da realidade do período diurno. Em conversas com professores e estudantes que frequentam a escola à noite, é comum ouvirmos a referência de que no turno da noite a escola assume outra identidade, é outra escola. Podemos identificar essa "outra escola" por algumas características específicas. Talvez o principal elemento que caracterize a escola noturna seja a ampla presença de estudantes trabalhadores. Esse aspecto coloca muitos estudantes desse período em condições de solicitarem afastamento das aulas de Educação Física por conta do que traz a Lei nº 10.793/03[5] (Brasil, 2003). Alguns estudantes estão no noturno porque não encontraram espaço ou não conseguiram frequentar a escola diurna. A partir de nossa experiência, temos percebido que isso ocorre devido ao movimento de inserção das juventudes no mercado de trabalho. Desse modo, muitos estudantes acabam tendo que migrar para o período escolar noturno. No caso dos docentes, alguns buscam no noturno a ampliação da renda financeira, pois há professores que se encontram já em seu terceiro turno de trabalho. Lima *et al.* (2022) destacam que para alguns docentes essa realidade acaba gerando um estresse excessivo e

[5] A Lei nº 10.793/03 estabelece os critérios para a facultatividade da prática de Educação Física.

cansaço, causando um desequilíbrio entre a vida pessoal e profissional, e prejudicando seu bem-estar. Nessa direção, percebemos que a peculiaridade da escola noturna está precisamente na representação social e cultural dos que ali se encontram.

> O ensino noturno, que atende majoritariamente jovens e adultos trabalhadores, requer a compreensão de espaços e tempos produtivos e não produtivos, das normas disciplinares que determinam o corpo do trabalhador, que não se faz na escola, uma vez que se efetiva nas vivências pessoais, em seus grupos sociais de referência, no trabalho. (Pereira; Mazzotti, 2008, p.54)

Esses sujeitos negociam suas representações através das disputas cotidianas nos espaços da escola, buscando a legitimação dos seus modos de ser e estar no mundo. O modo de produção das identidades no noturno nem sempre considera as culturas populares, aquelas que são produzidas além dos muros da escola. Assim, a aula de Educação Física talvez se constitua em espaço privilegiado, onde a consideração dos elementos que são significativos para esses grupos possa ficar mais evidente.

Diante disso, optamos por usar as lentes dos Estudos Culturais para interpretar os achados da pesquisa. Desse modo buscamos considerar a centralidade da cultura que é encontrada no âmbito da escola de Ensino Médio noturno, pois consideramos a relevância das relações de poder da vida coletiva nas escolas.

Assim, a Educação Física no Ensino Médio noturno precisa, sistematicamente, além de afirmar seu lugar dentro da matriz curricular, legitimar seu posicionamento frente ao currículo. A contestação dos saberes hegemônicos e a discussão do que é próprio de ser colocado em discussão nas aulas, são elementos que a Educação Física no Ensino Médio noturno precisa garantir, no sentido de contemplar uma intervenção na vida social e política dos grupos que estão historicamente em desvantagem. Isso remete a pensar na afirmação de Silva (2020) sobre currículo:

> Como toda construção social, o currículo não pode ser compreendido sem uma análise das relações de poder que fizeram e fazem com que tenhamos esta definição determinada de currículo e não outra, que fizeram e fazem com que o currículo inclua um tipo determinado de conhecimento e não outro. (Silva, 2020, p.135)

Nesse sentido, a Educação Física no Ensino Médio noturno tem recebido a atenção de pesquisadores em diferentes perspectivas que discutem esse tema a partir de abordagens específicas. Desse modo, buscamos identificar quais estudos foram realizados sobre o tema e entender como este componente tem sido situado no turno da noite, nessa etapa da Educação Básica.

e-ISSN: 2595-4881

Percurso metodológico

Considerando-se o objetivo proposto para este estudo e as especificidades da escola noturna, realizamos uma pesquisa de revisão de cunho qualitativo. Para Silva (1996, p.88) "Na pesquisa qualitativa, enfatiza-se a compreensão da singularidade e a contextualidade de fatos e eventos [...]". Desse modo entendemos que a pesquisa qualitativa se coloca como apropriada para esse empreendimento.

Fizemos a busca por trabalhos disponíveis on-line via ferramenta Google Acadêmico, pertencentes às áreas da Educação e Educação Física. Cruzamos os descritores "Educação Física" e "Ensino Médio noturno". Foram identificados 748 trabalhos, dentre eles Artigos, Trabalhos de Conclusão de Curso, Projetos de Pesquisa, Dissertações e Teses. Para delimitar o material que tivesse o escopo adequado à intenção da pesquisa e maior grau de impacto, selecionamos para a análise os 12 artigos, de Qualis[6] da Área 21, com estratos A e B, todos publicados a partir de 2004, que continham em seus títulos ou resumos os descritores utilizados na busca.

Optamos por essa demarcação temporal por conta da facultatividade da prática da Educação Física, descrita na Lei 9.394/96 – LDB (Brasil, 1996). Ainda que a facultatividade da prática da Educação Física, venha sendo, de algum modo, mencionada e alterada desde a instituição da primeira LDB – Lei 4.024/61 (Brasil, 1961), o fato determinante é que, em 1º de dezembro de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 10.793 (Brasil, 2003), que modificou para a versão mais recente da LDB — em seu Artigo 26, § 3º, referente aos critérios que facultam a prática da Educação Física. De modo geral, este trecho da LDB determina quem está habilitado a participar das aulas de Educação Física, quem pode e quem não precisa ter acesso aos conhecimentos próprios deste componente curricular. Do mesmo modo, aponta quem pode ser inserido nas discussões da área e quem pode desconsiderá-las. Reconhecemos a questão da facultatividade como relevante para a Educação Física que é ofertada no Ensino Médio noturno. Os textos selecionados para subsidiar esse estudo apontaram para questões específicas, que serão explicitadas mais adiante neste artigo, e que são encontradas no cotidiano da escola noturna.

[6] Considera-se o Qualis CAPES quadriênio 2013–2016, válido no período em que a revisão foi realizada.

O Quadro 1, a seguir, apresenta os artigos que foram selecionados para subsidiar as análises que nos ajudam a entender como este componente tem sido situado no turno da noite, nessa etapa da Educação Básica, a partir dos critérios já mencionados:

Quadro 1 – Artigos selecionados.

	Título	Ano	Autor	Periódico	Estrato
1	Planejamento participativo nas aulas de Educação Física no ensino noturno: um relato de experiência	2006	Carneiro	Lecturas: Educación Física y Deportes	B3
2	Características da Educação Física no Ensino Médio noturno	2009	Silva e Maciel	Motriz	B1
3	Evasão na aula de Educação Física do Ensino Médio noturno de uma escola municipal de Belo Horizonte	2010	Rodrigues *et al.*	*Lecturas: Educación Física y Deportes*	B3
4	Visão dos alunos e gestores do Ensino Médio do período noturno sobre a disciplina de Educação Física	2012	Mendonça e Caetano	*Colloquium Vitae*	B4
5	Os objetivos da Educação Física no Ensino Médio noturno	2012	Vargas e Pereira	Biomotriz	B5
6	Ensino Médio no período noturno. Um estudo da Educação Física como componente curricular	2012	Silvério *et al.*	*Lecturas: Educación Física y Deportes*	B3
7	A Educação Física no Ensino Médio noturno e a promoção da saúde	2013	Coelho e Oliveira	*The FIEP Bulletin*	B3
8	A prática pedagógica dos professores de Educação Física no Ensino Médio noturno	2016	Souza, Conceição e Frasson	Biomotriz	B5
9	Musculação na Educação Física Escolar - uma experiência no Ensino Médio noturno	2016	Menegon *et al.*	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	B1
10	Educação Física no período noturno: a percepção de professores e alunos de colégios públicos da cidade de Cascavel/PR	2016	Barbosa, Oliveira e Awad	Coleção Pesquisa em Educação Física	B4
11	Educação Física no Ensino Médio noturno: realidade, interesses e expectativas dos alunos	2017	Antunes e Ilha	Revista Di@logus	B5
12	Educação Física escolar no ensino médio noturno	2021	Silva, Araújo e Santos	Conexões	B4

Fonte: Autoria própria.

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito da Educação Física no Ensino Médio noturno através das lentes dos Estudos Culturais. A investigação a partir dos Estudos Culturais preconiza a contestação de modelos determinados e o deslocamento do olhar neutro-científico, na compreensão de vozes comumente silenciadas. Wortmann (2007) destaca que as pesquisas desenvolvidas no âmbito dos Estudos Culturais ganham importância por darem visibilidade a aspectos e relações não referidas em análises tradicionais. A autora esclarece que a pesquisa em Estudos Culturais considera as negociações que ocorrem no cotidiano dos sujeitos, assumindo inegável efeito e influência em suas vidas, além de enfatizar aspectos circulantes na cultura e seu envolvimento com e no interior de relações de poder.

e-ISSN: 2595-4881

Nesse sentido, buscamos olhar para os conceitos de identidade e docência a partir da cultura. Entendemos, assim como Silva (2020, p.139), que "Tanto a educação quanto a cultura em geral estão envolvidas em processos de transformação da identidade e da subjetividade". Assim, a docência parece estar imbricada à identidade de cada professor. Segundo Frasson e Wittizorecki (2019, p.19), "As identidades dos sujeitos correspondem aos percursos e experiências anteriores que balizaram suas escolhas pessoais, acadêmicas e profissionais". Suas constituições humana e cultural vão se entrelaçando às suas formações acadêmica e profissional, pois, como defendem Larrosa e Rechia (2018) ao tratarem do que é ser professor, consideram que esse ofício supõe uma inseparabilidade entre o que se faz e o que se é.

Para Nóvoa (1995, p.16), "A identidade é um lugar de lutas e de conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e estar na profissão". Traversini e Pereira (2010, p.19) situam a identidade docente como "Um complexo processo em que cada sujeito constrói e se apropria de sua história pessoal e profissional [...]"; e que requer, sobretudo, tempo para a reflexão e a ressignificação das práticas. Esse entendimento aproxima-se do que é enunciado por Frasson e Wittizorecki (2019), quando problematizam os modos de constituição da identidade de cada sujeito:

> [...] as identidades se constroem não apenas por imposição de agentes exteriores, nomeadamente da família, escola ou outros, mas também por meio de um processo gradual de múltiplas influências que cada indivíduo vai tendo ao longo do seu percurso, que ele próprio se movimenta a reinterpretar e a formar novas representações. (Frasson; Wittizorecki, 2019, p.7)

Assim, os engendramentos arquitetados nas pesquisas sustentadas no Estudos Culturais constituem-se como "[...] histórias assumidamente parciais, incompletas e orientadas pela preocupação com a apresentação das circunstâncias, e não pela busca das causas" (Wortmann, 2007, p.75). Nesse sentido, é possível considerar que as instâncias culturais que se articulam no âmbito da escola no período noturno, tais como a aula de Educação Física, as/os estudantes trabalhadores, os professores e professoras, muitos que já estão no terceiro turno de trabalho, a legislação e demais elementos encontrados nesse lugar, parecem influenciar o comportamento das pessoas de maneiras cruciais e até vitais (Silva, 2020). Desse modo, utilizamos as lentes do Estudos Culturais para analisar os textos selecionados para este estudo.

Análise e discussão

A partir das análises dos 12 textos identificamos algumas questões que surgem com mais incidência. A precariedade dos espaços e materiais (Barbosa; Oliveira; Awad, 2016); a esportivização e a mídia (Silva; Maciel, 2009; Silvério *et al*., 2012; Barbosa; Oliveira; Awad, 2016; Menegon *et al*., 2016) e a facultatividade da prática da Educação Física escolar e o estudante trabalhador (Silva; Maciel, 2009; Silvério *et al*., 2012; Barbosa; Oliveira; Awad, 2016) são construtos que permeiam as relações nas aulas de Educação Física no período noturno. Na mesma direção, o Planejamento Participativo e o currículo da Educação Física no Ensino Médio noturno (Carneiro, 2006; Rodrigues *et al*., 2010); a (des)motivação do professor (Rodrigues *et al*., 2010); a relação com os demais componentes curriculares da área de Linguagens e Suas Tecnologias (Coelho; Oliveira, 2013); a formação inicial e continuada do professor de Educação Física que atua no período noturno (Silvério *et al*., 2012) e a escassez de literatura acerca da Educação Física no Ensino Médio noturno (Silvério *et al*., 2012; Silva; Araújo; Santos, 2021), constituem elementos significativos, que têm emergido nos trabalhos de diversos pesquisadores que se debruçaram a investigar a temática da Educação Física no Ensino Médio noturno, a partir de 2004.

Nesse sentido, recorremos às análises culturais (Wortmann, 2007) para articular entre si as temáticas que emergiram com maior incidência nos artigos analisados. Assim, elaboramos as seguintes categorias analíticas: a) Facultatividade da prática: benefício legal ou exercício de exclusão? b) Mídia e Esportivização; e c) Docência em Educação Física no Ensino Médio noturno e o Planejamento Participativo. Estas categorias passarão a ser apresentadas a seguir.

- Facultatividade da prática: benefício legal ou exercício de exclusão?

A facultatividade da prática da Educação Física tem origem já na primeira edição da LDB – Lei 4.024/61 (Brasil, 1961). Nela está subentendida a facultatividade de sua prática para os estudantes maiores de 18 anos: "Art. 22. Será obrigatória a prática da educação física nos cursos primário e médio, até a idade de 18 anos" (Brasil, 1961). Segundo Silva e Venâncio (2005), a concepção presente nessa legislação relacionava a Educação Física a uma atividade meramente de capacitação física, que intencionava a preparação dos jovens para que estes

atuassem no mercado de trabalho de forma produtiva. Tal abordagem assumia este caráter, pois o Brasil vivia naquele momento histórico um processo de desenvolvimento industrial. A ruptura com a prática de exercícios físicos aos 18 anos de idade, presente no texto da lei, indicava que sua continuidade na escola poderia causar fadiga aos corpos que, nesse momento da vida, já deveriam estar inseridos no mercado de trabalho, a serviço do desenvolvimento do país. Na reformulação que houve na LDB (Brasil, 1961), a partir da Lei 5.692/71 (Brasil, 1971a), a facultatividade da prática da Educação Física deixa de ser mencionada.

> Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, **Educação Física**, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de l° e 2° graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969. (Brasil, 1971a, grifo nosso)

Essa aparente lacuna legal é preenchida através do Decreto 69.450/71 (Brasil, 1971b) que trouxe em seu artigo 6° os critérios que passavam a facultar a participação nas atividades físicas escolares.

> Art. 6° Em qualquer nível de todos os sistemas de ensino, é facultativa a participação nas atividades físicas programadas:
> a) aos alunos do curso noturno que comprovarem, mediante carteira profissional ou funcional, devidamente assinada, exercer emprego remunerado em jornada igual ou superior a seis horas;
> b) aos alunos maiores de trinta anos de idade;
> c) aos alunos que estiverem prestando serviço militar na tropa;
> d) aos alunos amparados pelo Decreto-lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, mediante laudo do médico assistente do estabelecimento. (Brasil, 1971b)

Segundo Castellani Filho (1997), a facultatividade da Educação Física aos estudantes do período noturno, que comprovassem vínculo empregatício, logo foi estendida aos estudantes do diurno. Esse fato reforçava a lógica de que, estando o estudante já integrado ao mercado de trabalho, não caberia mais à escola, mas sim ao próprio mercado, a responsabilidade pela capacitação e manutenção de sua força de trabalho.

Na versão original da LDB de 1996 (Brasil, 1996), a Educação Física assume *status* de componente curricular, porém, a facultatividade da prática volta a ser mencionada no Artigo 26, § 3°. Desta vez fica indicada exclusivamente aos estudantes do período noturno. "§ 3° A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos" (Brasil, 1996). Essa abordagem evidenciava que os

estudantes do período noturno deveriam ficar à margem das discussões e experiências que pudessem problematizar os aspectos relacionados aos conhecimentos desse componente curricular. Assim, a partir de uma possível interpretação desse trecho da Lei, é possível apreender que as temáticas pertinentes à Educação Física constituíam um aprendizado desnecessário para esses estudantes.

Em 2001, a Educação Física assume caráter obrigatório como componente curricular, a partir da redação dada pela Lei 10.328/01 (Brasil, 2001), porém, no que tange a sua facultatividade no período noturno, não houve alteração: "Art. 1º [...] § 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos" (Brasil, 2001). A versão atual da LDB (Brasil, 1996), no que se refere à facultatividade da prática da Educação Física, foi instituída pela Lei 10.793/03 (Brasil, 2003). Essa lei estabeleceu os critérios para a facultatividade da prática, independente do turno de frequência do estudante.

> § 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:
> I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
> II – maior de trinta anos de idade;
> III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;
> IV – amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969;
> V – (VETADO)
> VI – que tenha prole. (Brasil, 2003)

Percebe-se que ao longo da história, o tratamento que é destinado à Educação Física escolar nos documentos orientadores da Educação é o de um campo de atividades que precisa formar corpos dóceis e saudáveis para atuarem no mercado de trabalho. Sendo que, aos estudantes que se adequam aos critérios da facultatividade para a prática, resta uma vida escolar amputada, pois estes passarão ao largo das discussões e das experiências pertinentes à cultura corporal.

Nesse sentido, entendemos que o modelo escolar vigente historicamente tem reproduzido uma série de processos excludentes, ainda presentes na sociedade contemporânea. Atualmente é possível encontrar estudantes que enfrentam diversas dificuldades para acompanhar as aulas a partir do modelo predominantemente conteudista. Na educação pública existem reverberações da subordinação de classes e da desigualdade na distribuição de renda, nitidamente percebidos na sociedade brasileira.

Segundo a Constituição Federal (Brasil, 1988), a educação é um direito de todos. Mas, quais seriam esses "todos" a que ela se refere, na medida em que muitos brasileiros estão à margem do sistema educacional por diversos motivos que lhes foge à vontade própria?

> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988, p.123)

Em seu artigo 208, inciso VI, a Constituição Federal faz referência que o sistema educacional brasileiro deve garantir adequações aos alunos frequentadores do período noturno, "Art. 208, VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando" (Brasil, 1988, p.124). Mas, será que a adequação proposta nos marcos legais ao longo da história, referente a participação nas aulas de Educação Física contempla o "pleno desenvolvimento da pessoa", como preconiza a Carta Magna? Considerando-se que a maioria dos estudantes do Ensino Médio noturno são trabalhadores (Carneiro, 2006; Silva; Maciel, 2009), assim, adequando-se aos critérios para a facultatividade da prática de Educação Física estabelecidos na lei, esses estudantes podem ser legalmente apartados de conhecimentos pertinentes à Educação Física.

Quanto a essa questão, os artigos analisados nesta revisão evidenciaram a dúvida acerca da possível interpretação do termo "prática" mencionado no parágrafo 3º do artigo 26 da LDB (Brasil, 1996). "Art. 26 – § 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua **prática** facultativa ao aluno" (Brasil, 1996, grifo nosso). Aparentemente, a interpretação dessa passagem da LDB (Brasil, 1996) nos trabalhos analisados, se posiciona a partir de um senso comum que identifica a Educação Física escolar, como uma disciplina que é em si mesma reduzida a práticas de atividades corporais, exercícios físicos, jogos, esportes, enfim, execução de tarefas que são sinônimo de exaustão física.

Nessa perspectiva, a Educação Física escolar historicamente esteve concebida na legislação como ferramenta para o desenvolvimento da aptidão física. Assim, os estudantes que se adéquam aos critérios para a facultatividade da prática, previstos na lei, são dispensados das aulas. Desse modo passam a ser desconsiderados saberes outros, para além da execução do movimento, que a Educação Física escolar contemporânea está legitimada a abordar, tais como as problematizações acerca das diversas produções que atravessam as representações culturais humanas.

e-ISSN: 2595-4881

- Mídia e esportivização

Os estudantes estão em contato com os esportes desde a primeira infância. Considerando-se o contexto cultural predominante no Brasil, em que um dos primeiros brinquedos que as crianças ganham na vida é uma bola, é possível considerar que a aproximação da criança às experiências esportivas, já no contexto familiar, e logo mais, na vida escolar, vão sendo reforçadas e naturalizadas ao longo do tempo. Esse processo parece ser potencializado pela mídia, esta que precocemente tem seduzido o público infantil. Finck (2010) refere que o esporte é divulgado e abordado pela mídia em grande escala, com programas específicos que vão desde noticiários e entretenimento, à venda de produtos relacionados ao contexto esportivo.

Nesse sentido, a presença constante da necessidade do ensino dos esportes no currículo da Educação Física escolar desde os documentos orientadores LDB (Brasil, 1996) e BNCC (Brasil, 2018), aliada ao reforço imagético e representativo oferecido pela mídia, situa o esporte como elemento sociocultural significativo na Contemporaneidade, e que assume destaque em relação a outras atividades.

A mídia que propaga imagens, forma conceitos e discursos relativos aos esportes, e que influencia os modos de ser, de agir, de se comunicar e de consumir das crianças e dos jovens escolares, utiliza-se de uma miríade de artefatos para cumprir seu objetivo comunicativo de consumo. Originado no termo "*mass media*", a palavra mídia pode assumir o significado de "meios de comunicação social" ou "conjunto dos meios de comunicação". (Finck, 2010, grifo da autora). Esses meios são utilizados como canais para a divulgação de mensagens publicitárias, entretenimento e informação, podendo ser impressos, verbalizados, eletrônicos, exposições ao ar livre ou no trânsito. Assim, é possível reconhecer o esporte como um fenômeno sociocultural presente no cotidiano das pessoas, na medida em que é amplamente divulgado pelos meios de comunicação, impactando todas as classes sociais.

Em idade escolar, os estudantes passam a ter um contato virtual com o esporte de alto rendimento precocemente, principalmente através da televisão e dos games. Essa relação, muitas vezes, passa a conduzir a constituição das identidades das crianças e jovens que passam a querer se aproximar das representações e significações enunciadas pelo esporte – conceitos, marcas, personalidades, poder, etc. Segundo Finck (2010) essa influência é

observada no cotidiano da escola de muitas formas: pelo vocabulário que o estudante expressa; pelos gestos esportivos que tenta ou até consegue realizar e que, muitas vezes, imitam aqueles que são vistos nas imagens; pelo modo como se veste e se manifesta corporalmente — camisetas dos times populares, tênis que o atleta/celebridade esportiva usa ou que tem como marca o seu nome; pelo corte e cor de cabelo igual ao do atleta/celebridade etc. Desse modo o esporte pode ser concebido como uma manifestação da cultura, da ciência, profissional, artística, política, educacional, de lazer, com participação ativa (ação intencional) ou passiva (telespectadora), sendo empregado também como ferramenta estratégica de propaganda que incide na constituição e subjetivação dos comportamentos de diversos segmentos, assim, passando a fazer parte da cultura.

Dantas Júnior (2012, p.67), esclarece que "a modernidade nos legou uma civilização profundamente imagética que exige ver e ser vista, sendo a expressão corporal, notadamente o esporte, a materialização visual desse modelo civilizacional". O autor destaca o cinema como artefato midiático para mediar problematizações relativas ao discurso imagético esportivo, representado na sociedade contemporânea, e defende o aprofundamento das discussões dessas relações a partir de experiências orientadas na escola. Alinhados a essa perspectiva, Steinberg e Kincheloe (2001), reconhecem como áreas pedagógicas aqueles lugares onde o poder é organizado e difundido, incluindo-se bibliotecas, TV, cinemas, jornais, revistas, brinquedos, propagandas, videogames, livros, esportes, entre outros.

Nesse sentido, Antunes e Ilha (2017) defendem que uma das competências da Educação Física escolar é conhecer e analisar a gama de práticas corporais que costumamos ver e ouvir nas mídias com frequência. Essa aproximação do esporte midiático ao currículo escolar parece estar cada vez mais integrada ao cotidiano docente do professor de Educação Física, pois como mostram Barbosa, Oliveira e Awad (2016), fica claro o desejo dos estudantes em vivenciar diversas práticas nas aulas de Educação Física.

> Os alunos pesquisados deixam claro que desejam novas e diversificadas experiências culturais nas aulas de Educação Física, principalmente as experiências que ganham relevância na mídia televisiva e nos meios de comunicação virtuais como *Parkour*, *Slackline* e *Skate*. (Barbosa; Oliveira; Awad, 2016, p.84)

Desse modo, torna-se cada vez mais evidente a relevância do professor de Educação Física escolar na mediação do processo de ensino-aprendizagem, no que tange a relação estabelecida entre a mídia, o esporte e a escola. A possibilidade de uma esportivização

e-ISSN: 2595-4881

exacerbada inspirada em discursos massivamente veiculados na mídia, e que incide nas aulas de Educação Física, é sutil e, por vezes, naturalizada pelos próprios sujeitos que se relacionam nesse lugar. Isso pode facilitar o estabelecimento de um (pré)conceito que contribui para o deslocamento do componente curricular em relação ao corpo pedagógico da escola, pois a Educação Física, não raro, passa a ser reduzida à mera prática esportiva.

- Docência em Educação Física no Ensino Médio noturno e o Planejamento Participativo

Ao longo da sua carreira, o professor vai apropriando-se de diversos saberes que passam a compor sua docência. Alguns originados em sua formação inicial e continuada, a partir de escritos de outros docentes e pesquisadores, são sistematizados, baseados em currículos de doutrinas e teorias, e ofertados por instituições de ensino, são os chamados Saberes Curriculares (Tardif, 2014). Outros saberes, são desenvolvidos a partir das relações e das práticas docentes cotidianas que o professor vai experimentando junto aos demais atores dentro da escola, aos quais Tardif (2014) chama de Saberes Experienciais. Muitas dessas situações de aprendizado não representarão maior significância na constituição da docência. Contudo, há situações vivenciadas que servirão de referência para a escolha de métodos e estratégias a serem empreendidas pelo professor na constituição, no exercício e no aprimoramento de sua docência.

O que faz com que o docente guarde determinada experiência vivida como referencial para os desafios profissionais do devir? Talvez possamos refletir acerca dessa indagação a partir do que traz Bondía (2002, p.21), quando diz que "A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca". Assim, muitas situações acontecem no entorno do professor, mas não são todas que o afetam de modo a transformar sua constituição pessoal e profissional, e a subjetivá-lo. Nesse sentido, é possível considerar a proposição de docência enunciada por Alliaud e Antelo (2011, p.82, tradução nossa), ao afirmarem que "Quem ensina teria como objetivo fundamental transformar os outros".

Os trabalhos que pesquisamos tiveram como temática central a Educação Física no Ensino Médio noturno e apontam para uma docência que possa implementar o Planejamento Participativo como estratégia que coloca o discente como protagonista no processo de

e-ISSN: 2595-4881

ensino-aprendizagem, sobretudo, quando se considera o perfil do estudante que frequenta esse período (Carneiro, 2006; Silva; Maciel, 2009; Rodrigues *et al*., 2010; Silvério *et al*., 2012; Coelho; Oliveira, 2013; Barbosa; Oliveira; Awad, 2016; Menegon *et al*., 2016; Souza; Conceição; Frasson, 2016; Antunes; Ilha, 2017). Considerando-se que a maior parte dos estudantes do noturno é constituída por trabalhadores, que vão cansados e menos dispostos para a escola (Silva; Maciel, 2009), as sugestões que emergem do coletivo discente, nas rodas de conversas, características do Planejamento Participativo, evidenciam o sentido de significado e pertencimento, pois a participação na elaboração das atividades firma compromisso com as propostas e se traduz em efetiva participação nas aulas.

Sendo o planejamento um elemento da docência, é importante que o professor, ao pensar em propostas de intervenção ou mediação da aprendizagem, possa estar consciente da necessidade de articular os saberes escolares historicamente constituídos, próprios da Educação Física, aos saberes da cultura dos estudantes, estes que são elaborados e internalizados além dos muros da escola. Nesse sentido, Moreira (2012) nos ajuda a pensar sobre planejamento ao propor que um primeiro aspecto a ser mencionado é a necessária articulação entre as dimensões do conhecimento escolar e as experiências culturais dos estudantes. Essa proposição é corroborada por Sacristán (1998), ao defender que um dos principais critérios que alicerçam o planejamento educativo é a ordenação dos conhecimentos a serem descritos e explicitados de acordo com o ritmo e/ou interesse dos estudantes, não havendo, portanto, fórmula ideal nem um critério único para fazê-lo.

Assim, o Planejamento Participativo constitui-se como estratégia potente para o desenvolvimento da autonomia do estudante, enquanto objetivo para uma formação crítica e transformadora. O exercício dialógico, a escuta, a oportunidade de verbalização e de pergunta, garantidos no desenvolvimento do Planejamento Participativo, favorecem ao discente a tomada de um posicionamento com criticidade e consciente sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Nesse sentido, Antunes e Ilha (2017), propõem que:

> Ao planejar as aulas devemos trazer as experiências dos jovens para debate, relacionando-os com os conteúdos estudados, de modo que os educandos tenham oportunidade de participar da escolha e desenvolvimento dos conteúdos a serem estudados. Com isso desenvolveremos o sentido de pertencimento e o reconhecimento do componente curricular para a vida dos jovens. (Antunes; Ilha, 2017, p.8)

e-ISSN: 2595-4881

Desse modo, a interrogação da docência em Educação Física escolar, a qual reproduz a perspectiva da transmissividade e a abordagem predominante de conceitos relativos à aptidão física e a técnicas esportivas, promovendo o distanciamento discente das aulas, sobretudo, no noturno, torna-se essencial. Para tanto, é fundamental o desenvolvimento de uma relação de cumplicidade na adoção de pedagogias que tenham significado para os estudantes e desloquem o professor em sua condição estável, provocando a reflexão acerca de suas práticas, no sentido do desenvolvimento de uma docência comprometida com a transformação e a inclusão dos estudantes. Desse modo, Antunes e Ilha (2017) defendem que o professor deve assumir sua responsabilidade pedagógica na formação dos sujeitos, modificando suas intervenções e aperfeiçoando aspectos fundamentais, tais como o domínio dos conteúdos e metodologias, o envolvimento e a apropriação da realidade dos estudantes e uma postura reflexiva frente à docência.

Considerações transitórias

Este trabalho permitiu problematizações pertinentes à Educação Física que é desenvolvida no Ensino Médio noturno. Identificamos os estudos realizados acerca do tema no sentido de entender como este componente tem sido situado no turno da noite, nessa etapa da Educação Básica.

Os estudos analisados trouxeram pistas importantes para pensar questões relativas à Educação Física, ao Ensino Médio e à escola noturna. Destacaram-se as questões da participação facultativa de estudantes trabalhadores nas aulas, a influência da mídia enquanto pedagogia cultural na produção das identidades e a consideração da escuta dos estudantes na elaboração de propostas de mediação das experiências de aprendizagem a partir do Planejamento Participativo. Identificamos que a docência em Educação Física que é desenvolvida em escolas de Ensino Médio noturno precisa considerar as identidades dos sujeitos que circulam por esse lugar. Esse aspecto parece ser central para o refinamento das propostas a serem empreendidas e para a participação efetiva dos estudantes. Nessa perspectiva, as relações que se desenvolvem neste âmbito contribuem na composição da cultura da escola de Ensino Médio noturno.

Destacamos que a escassez de trabalhos acerca da Educação Física no Ensino Médio noturno constitui um indicativo da desconsideração do tema no âmbito acadêmico. Assim, evidencia-se a necessidade do investimento na pesquisa sobre o tema, no sentido da problematização, defesa e manutenção da Educação Física enquanto componente curricular, e da garantia da oferta das discussões e experiências acerca da cultura corporal no âmbito da escola noturna.

Referências

ALLIAUD, A.; ANTELO, E. (Orgs.). **Los Gajes del Oficio**: enseñanza, pedagogía y formación. Buenos Aires: Aique Educación, 2011.

ANTUNES, F. R.; ILHA, F. R. S. Educação Física no Ensino Médio noturno: realidade, interesses e expectativas dos alunos. **Revista Di@logus**, v.6, n.1, p.5-15, 2017. Disponível em: https://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/dialogus/article/view/160/92

BARBOSA, L. M.; OLIVEIRA, R. P.; AWAD, H. Z. A. Educação Física no período noturno: a percepção de professores e alunos de colégios públicos da cidade de Cascavel/PR. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, v.15, n.1, p.77-85, 2016. Disponível em: https://fontouraeditora.com.br/periodico/public/storage/articles/1227_1505306951.pdf

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n.19, p.20-28, 2002. Disponível em:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Gabinete da Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1971a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. **Lei nº 10.328, de 12 de dezembro de 2001**. Introduz a palavra "obrigatório" após a expressão "curricular", constante do § 3º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10328.htm

BRASIL. **Lei nº 10.793, de 01 de dezembro de 2003**. Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.793.htm

BRASIL. **Lei nº 69.450, de 1º de novembro de 1971**. Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1971b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d69450.htm

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc-etapa-ensino-medio

CARNEIRO, E. B. Planejamento participativo nas aulas de Educação Física no ensino noturno: um relato de experiência. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, v.11, n.98, 2006. Disponível em: https://www.efdeportes.com/efd98/noturno.htm

CASTELLANI FILHO, L. Os impactos da reforma educacional na Educação Física brasileira. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.19, n.1, p.20-33, 1997. Disponível em: http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/issue/view/79

COELHO, G. M.; OLIVEIRA, H. F. R. A Educação Física no Ensino Médio noturno e a promoção da saúde. **The FIEP Bulletin**, v.83, n.1, 2013. Disponível em: https://ojs.fiepbulletin.net/fiepbulletin/article/view/2888

DANTAS JÚNIOR, H. S. Esporte e Cinema: possibilidades pedagógicas para a Educação Física escolar. **Cadernos de Formação CBCE**, v.3, n.2, p.67-78, 2012. Disponível em: http://revista.cbce.org.br/index.php/cadernos/article/view/1849

FRASSON, J. S.; WITTIZORECK, E. S. Identidade(s), cultura escolar e subjetividades: os fios que constituem o processo de socialização docente dos professores de Educação Física iniciantes na carreira docente. **Motrivivência**, v.31, n.57, p.1-23, 2019. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-8042.2019e54326

FINCK, S. C. M. (Org.). **A Educação Física e o esporte na escola**: cotidiano, saberes e formação. Curitiba: Ibpex, 2010.

LARROSA, J.; RECHIA, K. (Orgs.). **P de Professor**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

LIMA, D. F.; TASCA, A. C.; SOUZA, D. C.; LIMA, L. A.; SAMPAIO, A. A.; PIOVANI, V. G. S. Aspectos psicossociais interferidores na saúde do professor: a longevidade docente ameaçada. **Cenas Educacionais**, v.5, n.e14365, p.1-15, 2022. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/cenaseducacionais/article/view/14365

MENDONÇA, C. C.; CAETANO, W. A. Visão dos alunos e gestores do Ensino Médio do período noturno sobre a disciplina de Educação Física. **Colloquium Vitae**, v.4, n.2, p.85-96, 2012. Disponível em: https://journal.unoeste.br/index.php/cv/article/view/806

MENEGON, D.; KOCOUREK, G. D.; LIMA, S. B. S.; LIMA, W. F.; KRAVCHYCHYN, C.; OLIVEIRA, A. A. B. Musculação na educação física escolar: uma experiência no ensino médio noturno. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.38, n.2, p.171-178, 2016. DOI: https://doi.org/10.1016/j.rbce.2015.12.013

MOREIRA, A. F. B. Os princípios norteadores de políticas e decisões curriculares. **Revista Brasileira de Política e Administração de Educação**, v.28, n.1, p.180-194, 2012. DOI: https://doi.org/10.21573/vol28n12012.36149

NÓVOA, A. S. (Org.). **Vidas de Professores**. Porto: Editora Porto, 1995.

PEREIRA, G. M. S.; MAZZOTTI, T. B. Representações Sociais da Educação Física por alunos trabalhadores do ensino noturno. **Motriz**, v.14, n.1, p.53-62, 2008. DOI: https://doi.org/10.5016/1259

RODRIGUES, P. C. S.; OLIVEIRA, F. C. M.; SILVA, A. H.; CASTRO, H. O.; PAIVA, T. N. S.; GOMES, E. R. Z. Evasão na aula de Educação Física do ensino médio noturno de uma escola municipal de Belo Horizonte. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, v.15, n.145, 2010. Disponível em: https://www.efdeportes.com/efd145/evasao-na-aula-de-educacao-fisica-do-ensino-medio.htm

SACRISTÁN, J. G. Plano do Currículo, plano do ensino: o papel dos professores/as. *In*: SACRISTÁN, J. G.; PEREZ-GOMÉZ, A. (Orgs.). **Compreender e Transformar o Ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998. p.197-223.

SILVA, A. J. F.; ARAÚJO, A. C.; SANTOS, A. P. Educação Física escolar no ensino médio noturno: um estado da arte. **Conexões**, v.19, n.e021009, p.1-17, 2021. DOI: https://doi.org/10.20396/conex.v19i1.8659996

SILVA, E. V. M.; VENÂNCIO, L. Aspectos legais da Educação Física e integração à proposta pedagógica da escola. *In*: DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. (Orgs.). **Educação Física na escola**: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

SILVA, R.; MACIEL, P. B. Características da Educação Física no Ensino Médio noturno. **Motriz**, v.15, n.2, p.247-256, 2009. DOI: https://doi.org/10.5016/2148

SILVA, S. A. P. S. A pesquisa qualitativa em educação física. Revista Paulista de Educação Física, v.10, n.1, p.87-98, 1996. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2594-5904.rpef.1996.138481

SILVA, T. T. (Org.). **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

SILVÉRIO, K. S.; BLUMER, L. M.; VIANA, H. B.; BARROS, M. J. A. Ensino médio no período noturno: um estudo da Educação Física como componente curricular. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, v.17, n.174, 2012. Disponível em: https://www.efdeportes.com/efd174/ensino-medio-no-periodo-noturno-educacao-fisica.htm

SOUZA, C. A.; CONCEIÇÃO, V. J. S.; FRASSON, J. S. A prática pedagógica dos professores de Educação Física no Ensino Médio noturno. **Biomotriz**, v.10, n.2, p.20-34, 2016. Disponível em: https://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/biomotriz/article/view/68/20

STEINBERG, S.; KINCHELOE, J. (Orgs.). **Cultura infantil**: a construção corporativa da infância. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

TARDIF, M. (Org.). **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

TRAVERSINI, C. S.; PEREIRA, N. M. Práticas docentes e formação continuada na contemporaneidade. *In*: ROSSI, A. M. P.; TRAVERSINI, C. S.; SCHÄFFER, N. O.; PEREIRA, N. M. (Orgs.). **Ensino Médio**: Docência, Identidade e Autoria. Porto Alegre: Oikos, 2010.

VARGAS, J. E. N.; PEREIRA, F. M. Os objetivos da Educação Física no Ensino Médio Noturno. **Biomotriz**, v.6, n.1, p.88-101, 2012. Disponível em: https://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/biomotriz/article/view/2012-09-12/11

WORTMANN, M. L. C. Análises Culturais: um modo de lidar com histórias que interessam à Educação. *In*: COSTA. M. V. (Org.) **Caminhos Investigativos II**: Outros modos de pensar e fazer pesquisa em Educação. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p.71-90.